



## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

<b>1. ENTE</b>	
Nome:	Prefeitura Municipal de Medianeira / PR
Endereço:	RUA ARGENTINA, 1546
Bairro:	CENTRO
Telefone:	(045) 3264-8600
Fax:	(045) 3264-8623
CNPJ:	76.205.481/0001-58
Complemento:	
CEP:	85884-000
E-mail:	gorete@medianeira.pr.gov.br
<b>2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE</b>	
Nome:	RICARDO ENDRIGO
Cargo:	Prefeito
E-mail:	ricardoendrigo@medianeira.pr.gov.br
CPF:	549.210.239-72
Complemento do Cargo:	
Data Início de Gestão:	01/01/2013
<b>3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF</b>	
Nome:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MEDIANEIRA
Endereço:	RUA PARANA
Bairro:	CENTRO
Telefone:	(045) 3264-0286
Fax:	(045) 3264-0286
CNPJ:	07.902.410/0001-77
Complemento:	2277
CEP:	85884-000
E-mail:	isprevsocial@medianeira.pr.gov.br
CPF:	334.256.809-78
Data Início de Gestão:	21/03/2006
<b>4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA</b>	
Nome:	CARLOS ALBERTO CAOVIALLA
Cargo:	Presidente
Telefone:	(045) 3264-8625
Fax:	(045) 3264-8623
E-mail:	betocaovilla@hotmail.com
CPF:	513.444.409-91
Data Início de Gestão:	01/01/2011
<b>5. GESTOR DE RECURSOS</b>	
Nome:	MARIA GORETE MARCA
Cargo:	Gestor
Telefone:	(045) 3264-8623
Fax:	(045) 3264-8623
E-mail:	gorete@medianeira.pr.gov.br
Entidade Certificadora:	
Validade Certificação:	23/11/2013
<b>6. RESPONSABILIZÁVEL PELO ENVIO</b>	
Nome:	MARIA GORETE MARCA
Telefone:	(045) 3264-8623
Fax:	(045) 3264-8623
E-mail:	gorete@medianeira.pr.gov.br
Data de envio:	08/01/2013
CPF:	513.444.409-91

## 7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2013

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos:

MARIA GORETE MARCA

Data da Elaboração: 13/12/2012

Data da ata de aprovação: 21/12/2012

Órgão superior competente: CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação:  Meio Eletrônico  Impresso

CPF: 513.444.409-91

## RESUMO DA POLITICA DE INVESTIMENTOS

	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	84,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	8,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	8,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	0,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	0,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
<b>Total</b>		100,00

## cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Buscou-se informações financeiras na trajetória de 2012 para uma possível análise e certo entendimento dos fatos relevantes que podem ser destaque para os estudos desta política de investimento no que tange ao cenário macroeconômico.

### MOEDA BRASILEIRA – REAL

Na opinião do economista Paulo César Pereira (Sapola), quando lança a incógnita – “O real vai continuar de desvalorizando diante do dólar ou vai devolver parte da valorização?” - ele defende que a tendência de nossa

moeda é de uma contínua valorização, porém de maneira ponderada, “devegar (em torno de mais ou menos 3% ao ano) e sob a linha do longo prazo”.

Argumenta com dados de que de 2002 a 2011 o real veio se valorizando bem como o PIB que, nesta mesma linha de tempo, este se multiplicou por 5, ao que pode ser classificado como “milagre econômico”.

Se pensarmos em investimento, o Brasil pode se considerar “a bola da vez”, estando em 3º lugar, só ficando atrás de China e Índia. Hoje apresenta uma dívida externa baixa e uma reserva em alta, o que nos leva a tendência de uma moeda sem desvalorização relevante e um Brasil sem crise a curto prazo.

### PIB do Brasil em 2012

#### 1º e 2º Trimestres de 2012

- O PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil no primeiro trimestre de 2012, divulgado pelo IBGE em 1 de junho, apresentou um crescimento de apenas 0,1% entre janeiro e março. Foi um crescimento fraco que aponta um processo de desaceleração da economia em 2012.

- Já no 2º trimestre de 2012 (abril a junho) a economia brasileira voltou a decepcionar registrando um aumento fraco de 0,4% (dados divulgados pelo IBGE em 31 de agosto) em comparação ao trimestre anterior. As medidas do governo (queda de juros e redução de IPI para alguns setores da economia) não resultaram no crescimento econômico esperado.

- Nos últimos doze meses (até junho de 2012) o PIB brasileiro cresceu apenas 1,2%.

### REAÇÃO DO GOVERNO

Com o objetivo de acelerar o crescimento do PIB em 2012, o governo brasileiro vem adotando algumas medidas como, por exemplo, diminuição da taxa de juros (Selic). Redução de impostos como, por exemplo, o IPI (Produto sobre Produtos Industrializados) para alguns setores da economia (eletrodomésticos, automóveis, materiais de construção) também faz parte do arsenal do governo para evitar a desaceleração da economia brasileira.

### PERSPECTIVAS

De acordo com muitos economistas, o PIB brasileiro deve crescer de 1,5% a 2,5% em 2012, em função do agravamento e contaminação das economias dos países emergentes pela crise europeia.

Comparação do crescimento do PIB brasileiro com de outros países no 1º trimestre de 2012 (em relação ao trimestre anterior):

- Brasil: 0,1%
- Espanha: -0,3%
- Reino Unido: -0,2%
- Itália: -0,8%
- Alemanha: 0,5%
- Estados Unidos: 0,5%
- Japão: 1%

### INFLAÇÃO

No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação já chega a 5,53% (a meta do governo para 2012 é de 4,5%, com variação de dois pontos percentuais para cima ou para baixo).

Os itens que mais puxaram a alta de preços em novembro foram transporte (sobretudo passageiros aéreas, que subiram 11,8%), vestuário, alimentação (ainda que tenha aumentado em ritmo menor que no mês de outubro) e habitação (principalmente por conta de aumentos no preço da energia elétrica em alguns estados), informa o IBGE.

Quando se fala sobre a inflação na Brasil, refere-se maioritariamente à inflação baseada no índice de preços ao consumidor, ou seja IPC.

O IPC brasileiro reflete a evolução dos preços de um pacote de produtos e serviços padrão que as famílias na Brasil adquirem para consumo. Para determinar a inflação, compara-se percentualmente o nível IPC de um determinado período em relação ao nível do período anterior. Havendo uma descida dos preços estamos então perante deflação (inflação negativa).

### TAXA DE JUROS

Célia Froufe, Eduardo Cucolo e Renata Verissimo, da Agência Estado

**BRASILIA** - A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que decidiu reduzir a taxa básica de juros (Selic) de 7,5% para 7,25% ao ano na última semana de Novembro, sinaliza que a tendência de redução do juro pode ter chegado ao fim.

Para eles, restavam incertezas quanto à velocidade de recuperação da atividade. De acordo com o documento, essas dúvidas existiam em decorrência das perspectivas de que o período de fragilidade da economia global seja mais prolongado do que se antecipava, com repercussões desinflacionárias sobre a economia doméstica.

Além disso, o grupo destacou que as recentes pressões de preços decorrem, principalmente, de choques de oferta, internos e externos, que tendem a reverter no médio prazo.

Os cinco que fazem parte desse grupo são o presidente Alexandre Tombini e os diretores Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Luiz Awazu Pereira da Silva e Luiz Edson Feltrin.

Manutenção

Na decisão, três membros do Comitê votaram pela manutenção da Selic em 7,5% ao ano. Em apenas um parágrafo, o BC resumiu que, na avaliação dos diretores Arthuro de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo e Sidnei Corrêa Marques, a recuperação da atividade tende a ser sustentada pelos impulsos monetários, fiscais e creditícios já introduzidos na economia.

Para esse grupo, eventualmente, pressões de demanda e de custos poderão incidir sobre a inflação. Na visão desses três membros do Comitê, o cenário prospectivo para a inflação não recomendava um ajuste adicional nas condições monetárias.

Essa foi a primeira vez que a ata do Copom explicitou a percepção dos diretores dissidentes que votaram pela manutenção da taxa básica de juros.

Condições econômicas

A ata do Copom destaca ainda que o colegiado entende que a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo suficientemente prolongado é a estratégia mais adequada para garantir a

convergência da inflação para a meta.

O documento faz a mesma observação vista no comunicado que se seguiu à decisão de corte da Selic de 0,25 ponto percentual, para 7,25% ao ano: de que o movimento de convergência pode ocorrer ainda que de forma não linear.

Para chegar a essa avaliação o grupo considerou o balanço de riscos para a inflação, a recuperação da atividade doméstica e a complexidade que envolve o ambiente internacional.

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,ata-do-copom-sinaliza-que-queda-de-juro-pode-ter-chegado-ao-fim,131228,0.htm>

**BRASIL SERÁ A 5ª ECONOMIA DO MUNDO ANTES DE 2015 (Mantega)**  
Ministro da Fazenda destacou que a velocidade de crescimento do País é o dobro da registrada na Europa e disse esperar melhora nas condições econômicas do Brasil em 2012. (27 de dezembro de 2011 | 13h 11)

#### **Objetivos da gestão**

Diante do regramento da política anual de investimentos que tem seu papel focado na gestão dos ativos em longo prazo, a gestão deste RPPS tem o objetivo de definir as diretrizes básicas quanto aos limites de risco, adequação aos fundamentos legais: rentabilidade mínima a ser alcançada com a alocação de recursos visando resguardar o patrimônio, mediante investimentos que contemplem menor risco, bem como atingir o equilíbrio financeiro através da superação de sua meta atuarial fixada em 6% a.a + INPC, fundamentados em critérios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

#### **Estratégia de formação de preços - Investimentos e desinvestimentos**

O IPREMED investirá os seus recursos através da compra de cotas de Fundos de Investimentos, momentaneamente em instituições financeiras oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privadas (Banco Itaú S.A.). Para os investimentos no segmento de renda fixa, será dada preferência às aplicações cujo Benchmark esteja contido no grupo dos títulos federais. O IPREMED efetuará seus investimentos financeiros através de fundos de investimentos não exclusivos. Portanto, os investimentos dentro da carteira de cada fundo são definidos pelo seu gestor, com base em metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora dos recursos, os quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010. A inobservância da Resolução CMN nº 3.922/2010 por parte dos gestores dos fundos de investimentos contratados ensejará o desinvestimento dos recursos alocados.

Assim, os recursos disponíveis deverão ser aplicados em fundos de investimento de renda fixa mediante as decisões dos gestores do IPREMED, após estudos e orientação do comitê de investimento local, bem como analisado pelo CMP, quanto às categorias de investimentos, alocações, limites e restrições descritos nesta Política de Investimentos, mais especificadamente no Demonstrativo da Política de Investimento.

#### **Crerios de Contratao - Administrao de carteiras de renda fixa e renda varivel**

Somente podero habilitar-se a receber investimentos do IPREMED, as instituies financeiras que forem previamente selecionadas e credenciadas para este fim, mediante processo elaborado pela Diretoria executiva e aprovado pelo CMP.

A instituio interessada dever responder a questes elaboradas pela diretoria executiva, onde sero abordados aspectos institucionais, tais como:

- patrimnio lquido da instituio;
- volume de recursos administrados;
- experincia positiva no exercicio da atividade de administrao de recursos de terceiros;
- histrico e credibilidade da instituio junto ao mercado financeiro;
- experincia positiva no segmento dos RPPS, atravs de declarao reconhecida em cartoro;
- estar listada entre as 50 (cinquenta) maiores administradoras de ativos por patrimnio lquido e, cumulativamente, estar entre as 50 (cinquenta) maiores gestoras de fundos de investimentos, conforme o mais recente ranking divulgado pela ANBIMA;
- no possuir condenao na Comisso de Valores Mobiliarios (CVM) nos ultimos 5 anos anteriores a seleao;
- apresentar ato de registro ou autorizao expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comisso de Valores Mobiliarios ou rgo competente;
- prova de inscao no cadastro nacional de pessoa jurdica (CNPJ);
- certides negativas de impostos, taxas e contribuies sociais, relativas aos entes municipal, estadual e federal;
- outros crerios que podero ser definidos por ocasio do processo de seleao e credenciamento.

O credenciamento ser vlido por tempo indeterminado, podendo tal diretoria solicitar atualizaes de dados a qualquer tempo em que julgar necessrio.

**Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos**

Objetivamente a gestão possui 06 fundos de investimentos na posição de 30 de Novembro de 2012 sendo:

Banco Itau:

ITAU RENDA FIXA IMA-B ATIVO FI - CNPJ - 05.073.656/0001-56 - Art 7º - III da Resolução 3922/2010 - tem por objetivo superar a variação do IMA-B por meio do investimento de seus recursos em títulos públicos federais e/ou títulos privados de baixo risco de crédito atrelado ao Indexador IPCA ou a taxa de Juros doméstica. Os investimentos realizados pelo fundo podem estar sujeitos às oscilações decorrentes da avaliação de preços dos títulos que compõem a carteira.

Informações gerais: Cota de aplicação e resgate D+1; Crédito do resgate D+3; Tributação perseguida de Longo prazo sem compromisso; Taxa de administração 0,500%; taxa de performance não há; Classificação ANBIMA renda fixa índices: Benchmark IMA-B; Patrimônio líquido do fundo R\$ 218.599.140,00 posição em 31 de outubro de 2012.

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 398.369,63 (Trezentos e noventa e oito mil, trezentos sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), ao que significa 5,03% dos recursos financeiros do IPREMED.

ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO FICFI - CNPJ 10.474.513/0001-98 - Art 7º - I "b" da resolução 3922/2010 -tem como objetivo acompanhar a variação do IMA-B por meio da aplicação em fundos que alocam em títulos públicos emitidos pelo governo federal atrelados ao Indexados IPCA ou a taxa de Juros doméstica. Os investimentos realizados pelos fundos investidos podem estar sujeitos à oscilações decorrentes da variação de preços que compõem a carteira.

Informações gerais: Cota de aplicação e resgate D+0; Crédito do resgate D+0; Tributação perseguida de Longo prazo sem compromisso; Taxa de administração 0,400%; taxa de performance não há; Classificação ANBIMA renda fixa índices: Benchmark IMA-B; Patrimônio líquido do fundo R\$ 883.751.912,00 posição em 31 de outubro de 2012.

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 950.931,08 (Novecentos e cinquenta mil novecentos e trinta e um reais e oito centavos), ao que significa parte dos 87,49% dos recursos financeiros do IPREMED.

Caixa Econômica Federal:

CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS LP (5462)- CNPJ 05.164.356/0001-84 - Art 7º, Inciso IV da Resolução 3922/2010 (limitador 20% capital do RPPS). Sua política tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio de aplicações em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da administradora. As aplicações deste fundo deverão estar representadas por 100% de títulos de emissão do tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil em operações finais e/ou compromissadas. Patrimônio Líquido do Fundo R\$ 1.234.826.480,48, posição em Outubro/2012.

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 593.619,92 (Quinhentos e noventa e três mil seiscientos e dezenove reais noventa e dois centavos), ao que significa 7,49% dos recursos financeiros do IPREMED.

CAIXA FI BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP (5188) - CNPJ 11.061.217/0001-28 - Art 7º I "b", tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO estarão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, ao risco das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. A carteira será composta por 100% (cem por cento) de títulos públicos federais em operações finais e/ou compromissadas e deverá ter como parâmetro de rentabilidade o Índice Mercado da ANBIMA - IMA. Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 676.771,23 (Seiscentos e setenta e seis mil setecentos setenta e um reais e vinte e três centavos), ao que significa parte dos 87,49% dos recursos financeiros do IPREMED.

CAIXA FI BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RF (5184) - CNPJ 10.740.658/0001-93 - Art 7º I "b", tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO estarão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, ao risco das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. A carteira será composta por 100% (cem por cento) de títulos públicos federais em operações finais e/ou compromissadas e deverá ter como parâmetro de rentabilidade o Índice Mercado da ANBIMA - IMA. Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 2.370.760,34 (Dois milhões trezentos e setenta mil setecentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos), ao que significa parte dos 87,49% dos recursos financeiros do IPREMED.

CAIXA FI BRASIL SUPREMO TÍTULOS PÚBLICOS RF LP (5187) - CNPJ 11.060.913/0001-10 - Art 7º I "b", tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO estarão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, ao risco das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. A carteira será composta por 100% (cem por cento) de títulos públicos federais em operações finais e/ou compromissadas e deverá ter como parâmetro de rentabilidade o Índice Mercado da ANBIMA - IMA - B 5. Patrimônio Líquido do fundo é de R\$ 594.604,72 em Outubro de 2012.

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 594.604,72 (Quinhentos e noventa e quatro mil seiscientos e quatro reais e setenta e dois centavos), ao que significa parte dos 87,49% dos recursos financeiros do IPREMED.

Banco do Brasil:  
BB RPPS RF CONSERVADOR - CNPJ 07.111.384/0001-69, Art 7º 1 "b". Para alcançar seus objetivos, o Fundo aplicará seus recursos, exclusivamente, em títulos públicos federais registrados no SELIC e ou operações compromissadas lastreadas em títulos federais registrados no SELIC.  
Deverá manter 80% em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou índice de preços;  
No mínimo 70% como parâmetro de rentabilidade o sub-índice IRF\_M (índice de renda fixa do mercado)  
Poderá investir até 15% da carteira em operações compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos de emissão do tesouro nacional, registrados no SELIC. O Patrimônio líquido do fundo é de R\$ 3.419.063.979,40 em Outubro/2012.  
Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 2.341.700,02 (Dois milhões trezentos e quarenta e um mil setecentos reais e dois centavos), ao que significa parte dos 87,49% dos recursos financeiros do IPREMED.

Resumindo:  
Em 2012, até Novembro/2012, mediante a diversificação acima descrita, obteve-se um montante dos rendimentos auferidos pelas aplicações no valor de R\$ 962.360,91 (novecentos e sessenta e dois mil trezentos e

#### Observações

No que tange a escolha do Indexador nesta política para 2013 levou-se em consideração o cenário ocorrido em 2012, sendo:

#### ANUAIS - REAL PREVISÃO

Indicadores 2011

Real 2012 Novembro - FOCUS 2013

Previsão

IPCA 5,96 5,34 5,41

IGP-DI 5,73 7,40 4,95

IGP-M 5,22 7,08 5,34

IPC - FIPE 4,53 4,89 4,93

INPC 6,07 5,41 5,35

PIB Taxa Crescimento 3,16 1,13 3,53

SELIC 11,76 8,62

SALARIO MINIMO 545,00 622,00

CDI Mensal - CETIP 11,11 7,8208

Caderneta Poupança 7,50 6,57

A opção pelo INPC deu-se em razão que o mesmo mede a variação de preços para o consumidor e assim presume-se ser o índice mais adequado para manutenção do poder de compra.

A presente política de investimentos poderá ser revista caso ocorram mudanças na legislação e/ou critério no cenário macroeconômico, objetivando a otimização dos resultados dos investimentos e a integridade do patrimônio do IPREMED.

As informações contidas na presente política e suas revisões serão disponibilizadas pelo IPREMED, por meio da sua publicação na imprensa oficial do município em seu endereço eletrônico [WWW.medianeira.pr.gov.br](http://WWW.medianeira.pr.gov.br)

Sem prejuízo das competências previstas nesta Política Anual de Investimentos, o gestor habilitado para fins do disposto no art. 2º da Portaria 155 de 15.05.2008 é a Sra Maria Gorete Marca, CPF nº 513.444.409-91, com certificação CPA-10 pela ANBIMA válido até 23/11/2013, ocupante de cargo efetivo com vínculo no Município de Medianeira.

Medianeira, aos 13 de Dezembro de 2012.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente: 549.210.239-72 - RICARDO ENDRIGO

Representante Legal da Unidade Gestora: 334.256.809-78 - CARLOS ALBERTO CAOVIALLA

Gestor de Recurso RPPS: 513.444.409-91 - MARIA GORETE MARCA

Responsável: 513.444.409-91 - MARIA GORETE MARCA

Data: __/__/__	Assinatura:
Data: __/__/__	Assinatura:
Data: __/__/__	Assinatura:

